

A oficina de sexualidade como busca por uma prática convivencial

Ana Maria Hoepers Preve*

Resumo: O ensaio pretende mostrar a constituição de uma prática recente chamada Educação Sexual, considerada aqui uma invenção, um produto do atual momento histórico, e que funcionaria como um dispositivo, segundo Michel Foucault, produtor de uma sexualidade responsável e bem comportada. São feitos alguns encaminhamentos sobre a possibilidade de um "trabalho educativo em sexualidade", através de uma prática apoiada numa idéia, desenvolvida por Ivan Illich, de relação convivencial.

Abstract: The essay intends to show the constitution of a recent practice called "Sexual Education". It is considered here as an invention, a product of the present historical momentum. According to Michel Foucault it would work as a device that produces a responsible and well-mannered sexuality. Next, we analyse the possibilities of a "educational work in the sexuality field", through a practice based on the concept of "sociable relation" developed by Ivan Illich.

Unitermos: educação sexual, dispositivo, sexualidade, oficina.

A educação sexual como manifestação do dispositivo de sexualidade¹

Segundo Michel Foucault, o século XVIII é o grande construtor de uma fermentação discursiva reguladora do sexo; fazer falar de forma minuciosa os detalhes infinitamente acumulados para "*torná-lo moralmente aceitável e tecnicamente útil*" (Foucault, 1990:24). Nasce uma incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo.

* Pesquisadora/oficineira do "Núcleo de Alfabetização Técnica - NAT/CED/UFSC" e mestra pelo Programa de Pós - Graduação em Educação, na área de Educação e Ciência (CED/UFSC).

"E não tanto sob a forma de uma teoria geral da sexualidade mas sob a forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, através de pesquisas quantitativas ou causais" (idem, 1990:26-27).

A cena de um pobre camponês da Lorena (França), que a história quis que se chamasse Jouy, pode tornar mais claro aquilo que a nossa sociedade tanto investiu, sendo a primeira na história, a investir todo um aparelho de discurso, de análise e de produção de conhecimento sobre o sexo. Foi assim,

"... num dia de 1867, um trabalhador agrícola da aldeia de Lapcourt, de espírito um tanto simples, empregado sazonalmente de um canto ao outro, alimentado aqui e acolá por um pouco de caridade e pelo pior dos trabalhos, morando em granjas ou estábulos, sofre uma denúncia: nas fimbrias de um roçado, havia obtido algumas carícias de uma menina, como já havia feito, como tinha visto fazer, como faziam em volta dele os moleques da aldeia; é que na orla do bosque ou nas valas da estrada que leva a Saint-Nicolas, brincava-se familiarmente de "leite coalhado". Ele foi portanto, delatado pelos pais ao prefeito da aldeia, denunciado pelo prefeito à polícia, por esta apresentado ao juiz, inculcado por este e submetido inicialmente a um médico, depois a dois outros peritos que, após elaborarem seu relatório, publicam-no" (ibidem, 1990:33).

Este episódio, notável pela busca de detalhes, pode ser considerado como ponto de partida das grandes pesquisas no campo da sexualidade. Passa-se a investir na área judicial, médica, transformando o quotidiano da sexualidade em objecto de pesquisa teórica, em campo de extração de saber, com limites bem definidos. Sendo assim, são necessários especialistas qualificados para o exercício destas funções agora bastante específicas. Uma carícia ... uma cena natural naquela aldeia é transformada pela medicina e pela justiça numa cena antinatural. A investigação minuciosa do corpo daquele aldeão precisava mostrar os traços de degenerescência.

Após descrever o ocorrido, Foucault aponta as possíveis consequências:

“Pode-se ter por certo que, na mesma época, o professor primário de Lapcourt tenha ensinado às crianças da aldeia a policiar a linguagem e não mais falar de todas essas coisas em alta voz” (ibidem, 1990:35).

Por volta da década de 60, é que no Brasil se constitui um “*período relativamente favorável à implantação da educação sexual*” (Werebe, 1978:21-27). Foi neste momento que se observaram registros de algumas experiências importantes e uma tendência a estender essa nova prática educativa às escolas da rede comum.

Em 1968 foi apresentado pela deputada federal, Júlia Steimbruck, “*um projeto lei propondo a introdução obrigatória da educação sexual em todas as escolas de nível primário e secundário do país*” (idem, 1978:21). A idéia encontrou barreiras em alguns parlamentares com relação à obrigatoriedade do projeto no meio escolar, encontrou também fortes aliados da nova causa educativa, mas o projeto suscitou fortes reações de oposição por parte dos meios mais conservadores do país sob considerações morais. Podemos perceber pelo relato de parte dos pareceres, que foram essas objeções contrárias que levaram à rejeição do projeto:

“a iniciação sexual, para ser verdadeiramente eficaz, no dizer unânime dos psicólogos e pedagogistas requer um complexo de qualidades – e entre elas um respeito e amor à pureza de cada aluno – que fora ingenuidade esperar se encontre em cada professor ou professora. Na maioria dos casos, o efeito seria desastroso, e os escândalos começariam bem cedo a contaminar as escolas, com incriveis prejuízos de saúde, higiene e moral das novas gerações” (O Estado de São Paulo. In.:Werebe, 1978:21-27).

Neste sentido, as barreiras encontradas pelos parlamentares estavam associadas à falta de um “complexo de qualidades” nos professores, isto é, à falta de uma competência moral a respeito da sexualidade. Estas objeções indicavam que, para existir a iniciação sexual na escola, necessitava-se de um quadro qualificado de especialistas. O “professor comum”, ou seja, o não autorizado nos assuntos do sexo, poderia através de informações comuns e desvinculadas da ideologia da “paternidade

162 • Ana Maria Hoepers Preve

responsável” não corresponder aos anseios da família, podendo assim causar lesões nas novas gerações.

A concretização dos programas de Educação Sexual sempre teve, como é de se esperar, objetivos adequados ao período em que foram gestados. Responder às ondas desenfreadas pelos movimentos de revolução dos costumes e comportamentos sexuais da década de 60, servindo como “...veículo capaz de incutir nos jovens, atitudes e conhecimentos que os levariam a um comportamento reprodutivo adequado à política demográfica” (Bruschini, 1980). Ou seja, a Educação Sexual seria o meio mais eficiente para transmitir a ideologia da “paternidade responsável”; conscientizar sobre as doenças sexualmente transmissíveis, assegurar dos riscos de uma gravidez precoce e manter a ordem da família enquanto instituição.

Serão necessárias algumas colocações acerca daquilo que a Educação Sexual enuncia nos seus discursos para que possamos relacioná-la com os trabalhos da oficina de sexualidade, apontando o porquê de uma não ter a ver com a outra. Quando me refiro ao termo *enunciado*, estou me referindo ao significado que Foucault atribui ao termo, *são as práticas discursivas* que pertencem a uma *épistémè*. E a *épistémè* seria definida como sendo:

“...o dispositivo estratégico que permite escolher, entre todos os enunciados possíveis, aqueles que poderão ser aceitáveis no interior, não digo de uma teoria científica, mas de um campo de cientificidade, e a respeito do que se poderá dizer: é falso, é verdadeiro. É o dispositivo que permite separar não o verdadeiro do falso, mas o inqualificável cientificamente do qualificável” (Foucault, 1992:69-70).

São práticas discursivas (enunciados) e não-discursivas (instituições) que, vinculadas diretamente a uma *épistémè*, dão as condições de possibilidade para comportamentos, práticas, desejos e necessidades instituídas. A instituição é esse todo – que fazemos sem pensar – aprendido, que funciona e que dá sentido a uma formação política, isto é, à política de verdade das formações históricas. E segundo Deleuze:

“...os estratos são formações históricas. (...) ‘camadas sedimentares’, eles são feitos de coisas e de palavras, de ver e de

falar, de visível e de dizível, de regiões de visibilidade e de campos de legibilidade, de conteúdos e de expressões” (Deleuze, s/d:73).

Portanto, em cada formação histórica situada numa sociedade existem as relações de poder que correspondem a um modo de atualização do poder, os chamados diagramas de poder. As relações de poder para serem conhecidas precisam ser atualizadas em termos de discurso e não discurso, entre o “dizível” e o “visível” precisa haver uma implicação. É preciso que entre as “palavras” e as “coisas” haja um entrelaçamento, o produto da conexão destes dois regimes seria o chamado **saber**. Este entendimento de saber – como uma produção indissociável na nossa sociedade dos enunciados e das instituições, possibilita pensar que é necessário uma determinação do que se vê e do que se diz nas épocas históricas para que saibamos compreender dentro de um regime de verdade, porque alguns saberes são tidos como qualificados pertencendo a um campo de cientificidade e outros são silenciados.

Quando falamos em educação sexual, estamos falando de uma prática que se dá no âmbito da escola e/ou com pessoas escolarizadas e que pertence ao campo de conhecimento definido.

As discussões sobre a inclusão do tema sexualidade nos currículos da escola brasileira vêm sendo feitas desde a década de 70, por ser considerada esta uma temática muito importante na formação global dos indivíduos. Nesta época, porém, as raras iniciativas não tiveram apelo suficiente para instituir o tema da sexualidade nas escolas. Todavia, com o aparecimento da AIDS, define-se a quase obrigatoriedade da sexualidade como conteúdo escolar a partir dos anos 80.

Parece ser consenso entre os profissionais da área que a escola seria o melhor local para iniciar estas discussões e de certa forma a implantação da educação sexual serviria à sensibilização dos órgãos maiores sobre a sua importância. Para muitos,

“o único meio de amenizar a propagação de doenças sexualmente transmissíveis – DST e inclusive AIDS – seria a escola, e o mesmo ocorre com aqueles que defendem algum controle da natalidade como forma de resolver o drama da miséria” (Cabral, 1995:149).

Apresento abaixo algumas definições e objetivos da educação sexual a fim de que se perceba o seu caráter globalizante:

“...visa a preservação, a proteção e o desenvolvimento da família baseada em ideais éticos socialmente aceitos em cada cultura.(...) a educação sexual é da mais ampla importância social, pois nossos jovens de hoje é que constituirão as famílias de amanhã.(...)como uma parte de formação da personalidade, a educação sexual deve incluir instrução e treinamento em tudo que pode ajudar a formar atitudes e valores normais e sadios em relação ao sexo, e orientar a conduta de acordo com estas mesmas atitudes” (Matarazzo & Manzin,1980:10-11).

“...um processo de intervenção que visa favorecer a reflexão sobre a sexualidade, contemplando não só a informação propriamente dita, mas também a discussão sobre os valores, crenças, preconceitos, experiências individuais, etc. Neste sentido, não basta trabalhar apenas com os aspectos biológicos da reprodução humana e com a informação científica. É necessário também, estabelecer pontes entre a sexualidade e a cultura de nosso país, entre o afeto e as características individuais e, na medida do possível auxiliar os jovens a desenvolverem as habilidades necessárias para garantir o sexo seguro e planejado” (Arruda, Ano 2:5).

“...a verdadeira educação sexual é a própria construção de nossa dimensão de homem adulto tão raramente alcançada, tão raramente conhecida hoje. Ser sexualmente adulto não é ter órgãos genitais ativos, ter sexo; é ser homem ou mulher sexuados, ter consciência sexual capaz de domínio. A educação sexual é a aprendizagem cerebral da norma sexual humana” (Chauchard,1988:19).

“Duas maneiras principais de responder à pergunta: O que é Educação Sexual? A primeira é a que eu chamo de intelectual, preocupada sobretudo com a precisão dos conceitos e com a clareza de definições. A outra é a que apelidei de combativa, na falta de nome mais significativo; ele procura mostrar que o

fundamental é participar das lutas que se travam hoje no Brasil e no mundo, pela transformação dos padrões de relacionamento sexual” (Goldber, 1988:11).

Paralelamente à idéia de educação sexual há o conceito e um modo de fazer próprio da orientação sexual, que deriva do conceito pedagógico de orientação educacional, e define-se: *...como o processo de intervenção sistemática na área de sexualidade, realizado principalmente nas escolas” (Suplicy, 1994).* O projeto de orientação sexual faz uma distinção entre educação e orientação sexual, dizendo que a primeira inclui todo um processo informal pelo qual aprendemos sobre a sexualidade ao longo da vida, seja através da família, da religião, da comunidade, dos livros ou da mídia e a segunda procura ajudar crianças e adolescentes a terem uma visão positiva da sexualidade e a estes a tomarem decisões responsáveis a respeito da sua vida sexual. Dentro deste contexto, as decisões responsáveis seriam todas aquelas pertinentes a um campo de cientificidade, ou seja, qualificáveis no interior deste campo. Seriam todas as decisões que tendem a conservar na sua essência as bases de um projeto normalizador. Casamento, amor, fidelidade, prazer, ou parceiro fixo, uso de métodos anticoncepcionais, relações com parceiros seguros, uso de preservativo ...enfim, uma série de opções prontas às quais o indivíduo precisa se adequar. Essas opções fazem parte de um corpo de saber qualificado.

E o que temos por último é a implantação definitiva, para o ano de 1997, de uma disciplina de sexo nos currículos das escolas brasileiras: *“MEC quer sexo, tabu e ética no currículo”*². Diz também sobre os objetivos da proposta, que temas deverá incluir:

*“O MEC quer que a educação sexual já implantada nos grandes centros urbanos do sul e sudeste, se dissemine por todas as regiões, sirva para reduzir a ansiedade dos jovens diante do medo de contrair AIDS e ajude a diminuir as estatísticas das mães e pais precoces. (...) O MEC leva em conta que o exercício da sexualidade – ‘de forma responsável e prazerosa’ – é fundamental no desenvolvimento das pessoas. O debate sobre o sexo deve se ajustar a cada turma e poderá incluir temas como métodos contraceptivos, desejo, masturbação, iniciação sexual, transformação do corpo na puberdade e abuso sexual”*³.

Muito importante nessas definições é perceber os seus objetivos e diretrizes totalizantes. É necessário uma instância de onde poderão partir os pressupostos – os enunciados-, padronizando o modo de viver a sexualidade, ou melhor, do que seria certo para se viver uma sexualidade mais feliz. Para este projeto funcionar, isto é, se atualizar em termos de exercício de poder e produção de saber, é necessário que o sexo, suas práticas correlatas e as pessoas que hoje são portadoras de sexualidade, sintam-se cometendo delitos, sintam-se usando-o em demasia de forma errada e em momentos inoportunos...só assim este projeto funcionará. Estou querendo dizer com isso que tudo pode ser justificado, corrigido, medicalizado, ou ainda, educado, e tudo que é de errado, ao mesmo tempo em que é condenado, precisa existir e para que o dispositivo da sexualidade seja acionado.

Quando a Educação Sexual passa a ser obrigatória, em toda rede de escolas públicas, através de uma disciplina, ela passa a funcionar como um “*dispositivo de segurança*” (Foucault, 1992:289) com uma função reguladora através de um discurso definido, aceito no interior de um campo de cientificidade e que corresponda a uma necessidade, que seja útil. Assim, uma vez que os indivíduos passem a assumir “condutas desejáveis”, sejam importantes para uma espécie de economia política do Estado, garantindo a sua preservação.

“...a população aparecerá como o objetivo final do governo. Pois qual pode ser o objetivo do governo? Não certamente governar, mas melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc. E quais são os instrumentos que o governo utilizará para alcançar estes fins, que em certo sentido são imanentes à população? Campanhas, através das quais se age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se dêem conta, a taxa de natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os fluxos de população, etc. (...) ...a população aparece como sujeito de necessidades de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente frente ao governo daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça” (idem, 1992:289).

A Educação Sexual no espírito das campanhas e das técnicas empregadas pelo Estado funciona com “*dispositivo de segurança*,” pois assegura, através da população escolarizada que atinge, as garantias da sua manutenção. O Estado usa também a Educação Sexual, como veículo de controle das populações que podem lhe enfraquecer se não forem “educadas” dentro das suas prescrições. A ameaça pode se dar, por exemplo, pela explosão de uma epidemia de AIDS, do aumento do número de abortos, do enfraquecimento da estrutura familiar e com isso pôr em risco a fatia economicamente útil da população, que é a maior responsável pela circulação das campanhas e pelo emprego das técnicas. Como por exemplo a democracia pelo voto; a excelência profissional pela escola; a saúde pela rede hospitalar, a cidadania pelo registro de identidade e, aqui, a sexualidade responsável e conseqüente pela educação sexual.

Estratégias de ação da oficina

É através da minha história como oficineira⁵ e da história desta oficina que posso mostrar a relação oficineiro/oficina, a qual envolve uma fusão singular entre idéia e existência.

Enquanto prática convivencial, a oficina é “*uma ferramenta moderna que está ao serviço da pessoa integrada na coletividade e não ao serviço de um corpo de especialistas*” (Illich, 1973a:10). Para este autor (1973b:8) a convivencialidade designa o oposto do que a nossa sociedade chama de produtividade: “*são relações autônomas e criadoras entre as pessoas por um lado e, por outro, relações entre as pessoas e sua ambiência*”.

Ao buscar romper a hierarquia das relações, das organizações e do conhecimento, foram se construindo esses três eixos que norteiam o trabalho que chamamos de oficina: dialogicidade, auto-organização e não-disciplinaridade. Em seguida vou mostrar, resumidamente, o significado de cada um desses três eixos.

Romper a hierarquia das relações é, através de ferramentas disponíveis, proposta pelos oficineiros, propiciar a construção/elaboração de um saber que se faz na relação com os envolvidos e no ato de fazer coisas juntos, a isto chamamos, como Paulo Freire, de dialogicidade.

Quanto a quebrar a hierarquia das organizações, podemos dizer que esta se consegue devido ao fato de que o planejamento, o desen-

volvimento e a reflexão a cerca das oficinas são realizados pelos mesmos oficinairos. Como consequência,

“o princípio da autoridade em função do conhecimento que cada um possa ter e que ele demonstra fazendo, anula qualquer tipo de hierarquia em função do grau acadêmico, função institucional, idade, sexo, origem, posição no jogo das relações de poder social” (Pey: 1994a:34).

O terceiro eixo, a não disciplinaridade, visa a quebrar a hierarquia presente nos conhecimentos universalmente elaborados e dispostos como verdades, o seu abandono enquanto elemento superior permite a:

“produção de saberes de resistência aos saberes institucionais com estatuto assegurado de verdade (...) e assegurar saberes locais, os etnosaberes, integrando-os em parceria, produzindo, então, saberes não disciplinares, politicamente saberes de resistência, instituintes aos saberes institucionais” (Pey: 1994b).

Neste momento do nosso trabalho/pesquisa, no Núcleo de Alfabetização Técnica, o ponto em que enfrentamos os maiores limites consiste na superação da disciplinaridade do conhecimento. Gostaria de deixar claro que este impasse não é apenas uma inconformação individual, mas um problema deste coletivo que, juntos desde 1990, vêm se exercitando na reflexão de suas práticas. A constatação da dificuldade de romper as fronteiras do conhecimento disciplinar não é resultado de análises apenas teóricas sobre a produção do conhecimento, mas da análise/reflexão da nossa própria prática nas oficinas e nos anos de escolarização ... anos, também, de predominância do saber instituído.

Compreender a sexualidade sob o prisma das relações conviviais é se permitir a produção e a invenção de existências, de possibilidades e limites, onde cada um de nós é modelo de si mesmo. É exercitar a capacidade de cada um se constituir enquanto pessoa livre, solidária e autônoma, uma capacidade de instituir os desejos, rompendo com a institucionalização das necessidades de desejos como produtos de uma sociedade da produtividade, que se utiliza também da sexualidade como dispositivo de consumo, perdendo seu valor enquanto uma prática corporal que faz parte de uma cultura e/ou ainda de um modo individual de

expressão. A institucionalização das necessidades, de acordo com o interesse da produtividade em certo momento, para em seguida serem descartadas, faz com que as necessidades sejam constantemente substituídas, sempre em função dos interesses da produção. O lema é: atender as demandas de mercado, logo após tê-las criado.

Enfim, a compreensão da sexualidade através da constituição de uma prática convivencial envolve percorrer os saberes sobre a sexualidade, sejam esses saberes psicanalíticos ou não, sistemáticos ou não, teóricos ou não, para estabelecer suas diversas configurações históricas, sem se limitar às fronteiras espaciais e temporais de disciplinas específicas⁶.

Entendo a pesquisa como uma busca permanente. No meu trabalho, ora é a busca pela história da ciência sexual; ora a busca pela memória da oficina; ora a busca de nós mesmos como eixo de orientação para a pesquisa. A separação que metodologicamente existe entre pesquisador e objeto, segundo a qual o pesquisador por questões de conveniência espaço/temporal delimita o seu objeto e lança sobre ele um olhar distante e analítico, é para mim o oposto do que tenho me proposto. Aliás, essa é uma postura que o grupo tem como princípio: o entrelaçamento pesquisador/objeto pesquisado. Sinto que o objeto não é para ser apenas olhado, admirado, destacado, é para iluminá-lo e ser por ele iluminado. Estar acordado por ele e estar por ele⁷.

Nesta perspectiva de trabalho, a sexualidade deixa de ser um objeto a ser compreendido e passa a ser um campo vivo de ação, que possibilita desafazer as certezas cristalizadas pela história universal da ciência sexual e permite combater a idéia de que certos comportamentos estão vinculados a patologias, desvios e perturbações. Em resumo, permite propor que, no âmbito da sexualidade, o "certo" e o "errado" são produções sociais, ou dispositivos que têm como fim submeter os indivíduos.

Harmonias possíveis

Saberes que se produzem nas relações. Relações que se produzem quando se constituem de formas diferentes. Diferenças que se produzem nas convivências. Convivência. Um jeito de caracterizar uma prática, chamada oficina. Onde as pessoas juntas, independente de qualquer rótulo que as associe a uma função ou a uma qualificação, possam pen-

sar, desenvolver e produzir saberes ao mesmo tempo que são produzidas pelos saberes que produzem.

Tanto para o oficineiro, quanto para aqueles que fazem a oficina, a necessidade de liberdade para criar é essencial, pois é através da liberdade de transitar pelos saberes sem os limites impostos por uma disciplina, autorizados ou não, de falar de si, de se permitir invenções é que se imprimem as diferenças. Uma diferença acentuada pelas possibilidades iguais que cada um tem de buscar as formas e os caminhos de compreender sejam as sexualidades, as fotografias, os corpos, as plantas, os números. Buscar pela diferença e conviver com ela. Seja em ser diferente do outro, em termos de gosto, de produzir coisas que o outro não produz, porque faz outras; seja em tipos de saberes diferenciados marcados pelas culturas que os produzem. Saber da existência das diversidades para conviver com elas, em harmonias, sem um possível juízo de valor entre melhor/pior, maior/menor, branco/preto, bonito/feio. Simplesmente harmonias bonitas possíveis sem juízo final.

As oficinas, como um possível espaço para estas harmonias, não pretendem preencher as lacunas deixadas pela escola ou pelo sistema de ensino vigente; elas são, sim, um modo de fazer diferenciado, que marca alguns lugares e pessoas por onde passa, mas também não se fecha numa nova “forma de superar o modo de fazer escolar”. Ela, “*como modalidade de trabalho educativo*” (Pey, 1994a), aponta para a possibilidade de produzir vontades de saber/fazer com liberdade, autonomia e solidariedade. Vontade de construir uma ferramenta que dê autoridade e poder àquele que faz, sem a necessidade de exercer domínios sobre aquele que não sabe, mas que pode aprender junto, na relação.

Quando, na oficina de sexualidade, os diversos saberes vão emergindo, quer sejam de ordem biológica, pessoal, médica, moral, jurídica, religiosa, emocional, sensorial, num primeiro momento são saberes advindos de *loci* disciplinares distintos, com limites bem demarcados, mas, à medida que esses saberes distintos vão explicando sobre uma mesma coisa, sexualidade, vão perdendo os limites que a disciplina lhes impõe. Porque tudo passa a ser necessário na compreensão dos comportamentos, práticas, desejos e medos, ao mesmo tempo.

Quero falar das coisas que, de modo violento, foram separadas umas das outras para se constituírem em disciplinas. Só nos damos conta dessa violência exercida quando hoje, nestes momentos determinados

A oficina de sexualidade como busca por uma prática ... • 171

das práticas convivenciais das oficinas, percebemos a sincronia destes “fragmentos” chamados de disciplinas. Fragmentos de conhecimento e fragmentos de sentimentos, frutos de grandes eventos históricos de colonização e conquistas, que metodicamente foram separados em nome de resultados rápidos para o progresso da ciência.

Gostaria de dizer da possibilidade de se falar em humanidade. Numa sociedade que se preocupa em fabricar emoções, inventar desejos e possuir o controle dos sentimentos, cada vez mais o humano vai se distanciando da sua produção, daquilo que faz, daquilo que sente, e vai se sujeitando a ser mais um produto/objeto social, que consome modos pasteurizados de viver.

Essa constatação leva-me à busca de uma prática de convivências, na qual o sentido da palavra *humano*, assim como o saber/fazer/sentir humano, estejam harmoniosamente envolvidos em cada encontro.

Sexualidades nossas de cada dia

É discutir com as pessoas, na qualidade de indivíduos que pensam, fazem e sentem, que sempre têm experiências a serem expostas e trocadas. Portanto, uma relação de respeito com o outro, pela sua história e experiência. Nós partimos de um saber/fazer, e isso é fundamental à medida que as pessoas vêm para a oficina por vontade própria, para vivenciar um fazer que não está descolado do seu viver. A oficina de sexualidade não se restringe a aparelhos genitais e nem a seriações sexuais determinadas de acordo com as idades do indivíduos. As pessoas comunicam-se entre si, independente de idade ou de entendimentos a respeito de sexo, corpo, cotidiano, preconceitos, AIDS, vida, liberdade, e sobre os valores postos como normais, isto é, das verdades sexuais prontas. Constroem, por isso mesmo, um saber novo que se estabelece na relação criada entre as pessoas que se juntam em torno deste tema.

O papel maior desempenhado por esta oficina é o de questionar acerca dos rótulos sexuais enfrentados cotidianamente pelas pessoas, do “medo de falar”, fruto de uma construção histórica que reprime as pessoas. Será? Serão reprimidas mesmo? Ou é uma necessidade de criar reprimidos? A criação desta categoria gera uma outra, a dos responsáveis pela não repressão, chamados de “locutores qualificados”, que

172 • Ana Maria Hoepers Preve

são os especialistas autorizados para codificar seus conteúdos e resolver os problemas relacionados a sua qualificação.

Não serão estes problemas construídos para serem resolvidos pelos “locutores qualificados”? Até que ponto estes especialistas qualificados estão solucionando problemas?

A criação de um espaço de liberdade e de convivência nem sempre ocorre de forma natural entre as pessoas, uma vez que em nossa vida cotidiana estamos submetidos a hierarquias, autoritarismos e a processos de coisificação, que, juntos, tendem a anular os indivíduos, levando-os a falar de algumas coisas e a silenciar outras. Nesta oficina, quando as pessoas são convidadas a trabalhar com massa de modelar⁸ e a partir disso expressarem o que entendem por sexualidade, geralmente produzem representações dos modelos sexuais vigentes e nunca de outros.

Existe uma estrutura de poder cravada nos corpos, que determina comportamentos, classifica e marginaliza tipos não aceitos. A questão que se coloca é saber se, em um espaço livre, as pessoas expressariam modelos diferentes do vigente. Até que ponto em uma sociedade autoritária as pessoas se expressariam sem o medo de um rótulo que as marginalize? Para Foucault, em uma sociedade assim, existir significa anular-se:

“...não te aproximes, não toques, não consumas, não tenhas prazer, não fales, não apareças; em última instância não existirás, a não ser na sombra e no segredo. (...) não apareças se não quiseres desaparecer. Tua existência só será mantida à custa de tua anulação”(1990:81).

Partindo da anulação que impede expressar os motivos e as consequências das sexualidades nossas de cada dia, manipulando a massa de modelar, construindo expressões de sexualidade, fazendo o corpo falar através da dança, do teatro, se procura lançar luz sobre práticas, saberes e opções que na ordem disciplinar dominante se mantêm sempre no escuro.

Enfim...

Vivemos numa sociedade das substituições, da troca do velho pelo novo, do que não rende mais por aquele que dá lucro. Por isso, práticas e comportamentos sexuais que antes eram marginalizados, são assimilados pelo sistema, quando este passa a utilizá-los como fonte de lucro.

A oficina de sexualidade como busca por uma prática ... • 173

Estou me referindo à comercialização do sexo como mercadoria geradora de lucro. Temos, como exemplo, as comunidades homossexuais que, por contrariar o “dogma” da heterossexualidade, eram rechaçadas e hoje são muito bem aceitas, sobretudo porque, sendo considerados consumidores vorazes, são economicamente úteis.

Neste sentido, a oficina de sexualidade, como uma prática convivencial, aponta para uma modificação das relações de produção, onde cada um pode se produzir sem ser produzido, se permitindo, junto com as pessoas, uma compreensão de sexualidade que se identifique com opções e com vida... Em *ser* algumas coisas na vida – o oposto de *ter* algumas coisas na vida.

Acredito em harmonias...

É no sentido de um trabalho diferenciado em educação, que ainda está no começo, que estou me referindo. Este, para fugir do momento vigente, deve infringir a tendência de modelar a vontade política dos outros, sugerindo, então, formas de análises através de domínios que reinterroguem as evidências e as familiaridades até então aceitas como normais.

Notas

1. O presente artigo, que foi escrito em dezembro de 1994, é parte de uma pesquisa maior desenvolvida pela autora durante o mestrado e ao longo das suas pesquisas no NAT, intitulada: **Sexualidade, quem precisa disso? A trajetória de uma oficina.** (Para saber mais sobre o trabalho ver dissertação de mestrado, 1997)
2. Folha de São Paulo – Caderno do Cotidiano. 28/08/1996.
3. idem.
4. Grifos meus.
5. Quem a partir de sua vontade e num determinado momento, começa a articular saberes em torno de um tema.
6. Baseado em “Uma Arqueologia da Percepção” (Machado, 1988: Cap.III).
7. Inspirada em Antônio Cícero.

8. Utilizando uma massa que elas mesmas preparam, misturando água com igual quantidade de farinha de trigo e sal, as pessoas confeccionam esculturas sobre o tema sexualidade e são convidadas a falar sobre o significado do que fizeram.

Referências bibliográficas

- ARRUDA. O que é educação sexual. *Transa Legal*. Boletim da ECOS para Educadores. Ano 2, p.5. (s/d). São Paulo: ECCOS.
- BRUSCHINI, Cristina. Os Problemas da Educação Sexual. *O Estado de São Paulo*, 24.08.80, Cultura 1(1), São Paulo.
- CABRAL, J.T. *A sexualidade no mundo ocidental*. Campinas, Papirus, 1995.
- CHAUCHARD, Paul. Le progres sexual. CHARBONNEAU, Paul-Eugène. *Adolescência e Sexualidade*. São Paulo, Paulinas, 1988.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa, Edições Veja. s/d.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de Saber*. 10.ed. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1990.
- FOCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- GOLDBER, M. *A educação sexual. Uma proposta, um desafio*. 4. ed.. São Paulo, Cortez, 1988.
- ILLICH, Ivan. *A convivencialidade*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1973a.
- ILLICH, Ivan. *Inverter as Instituições*. Lisboa, Moraes Editores, 1973b. Coleção Mundo Imediato
- MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber*. Uma trajetória da Arqueologia de Foucault. 2.ed. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1988.
- MATARAZZO, M.H. & MANZIN, R. *Educação sexual nas escolas*. São Paulo, Paulinas, 1988.
- PEY, Maria Oly. *Oficina de Alfabetização Técnica – propondo uma modalidade de trabalho educativo*. Florianópolis, Movimento, 1994a. Série Livros Livres N.1.
- _____. *Reflexões sobre os eixos de pesquisa*, 1994b (mimeo).
- SUPLICY, Marta (org.). *Guia de orientação sexual: da pré-escola ao 2º grau*. São Paulo, Casa do Psicólogo Livraria e Editora Ltda, 1994.
- WEREBE, M.J.G. Implantação da educação sexual no Brasil. *CADERNOS DE PESQUISA*. São Paulo, n.26, set/1997.